

Portos têm que se adequar até 1º de julho

A exigência é internacional e visa principalmente questões de segurança

– Os portos capixabas, assim como os demais portos brasileiros, terão até o dia 1º de julho para se enquadrarem nas novas normas internacionais de segurança. As medidas foram determinadas pela Organização Marítima Internacional (IMO), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) e têm por objetivo principal a proteção contra o terrorismo. O descumprimento dessas determinações poderá criar barreiras para o comércio exterior, que representa cerca de 33% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

O atraso na implantação das medidas foi discutido em reunião anteontem, em Brasília, entre o diretor do Departamento de Programas de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, Paulo de Tarso Carneiro, e os administradores das sete Companhias Docas subordinadas ao Governo federal: Espírito Santo, Rio de Janeiro (Portos do Rio e Sepetiba), São Paulo (Porto de Santos), Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

Medidas

O plano prevê a instalação de equipamentos e o treinamento de pessoal, para dotar

os portos de um sistema de segurança capaz de evitar atentados contra pessoas e cargas. Segundo Carneiro, no que diz respeito à segurança na água, várias medidas estão sendo tomadas, sob a coordenação da Marinha.

A segurança em terra está a cargo da Comportos, uma comissão interministerial coordenada pelo Ministério da Justiça, que dá a certificação de segurança. “A nossa preocupação é com a segurança da operacionalidade, ou seja, que não haja qualquer possibilidade de que a operação de um navio que esteja atracado ou movimentado sua carga no porto venha a ser perturbada por um ato de terrorismo”, explicou.

Ações

Carneiro ressaltou ainda que, um ato de terrorismo pode ser direto, com violência, ou com a utilização de produtos químicos (bioterrorismo). De acordo com ele, para impedir tais ações é necessário um rigoroso controle do trânsito de pessoas e veículos na área portuária e nos armazéns, além de rigor no monitoramento da carga dos containers nos terminais.

Para colocar as ações em prática, a Guarda Portuária precisará ser treinada. A Comissão Interamericana de Portos da Organização dos Estados Americanos está oferecendo cursos de gestão e capacitação de dirigentes e pessoal da área portuária.

Entretanto, o atraso na execução do plano é motiva-

do principalmente pela falta de verbas: quando a resolução da IMO foi aprovada, em julho de 2003, não havia previsão orçamentária para contratação de empresas que fizessem as avaliações de risco e elaborassem os planos de segurança.

Tarifa

Uma delas das alternativas, segundo Carneiro, será a criação de um adicional na tarifa portuária já praticada.

“Esse valor ainda não está definido, porque só agora, com a elaboração dos planos de segurança autorizados pela Comportos poderemos dimensionar as necessidades de recursos para isso: o que poderá ser sustentado pelo poder público, por meio da tarifa ou parceria com os terminais privados. Não temos ainda uma estimativa de quanto o Governo gastará, mas certamente será um valor bastante elevado”, disse.



Chico Guedes

Riscos

O descumprimento das normas poderá gerar prejuízos para o comércio exterior